



Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal
Tel.: (61) 2103-7200 – Fax: (61) 2103-7221
www.condsef.org.br
condsef@condsef.org.br – comunica@condsef.org.br

Relatório do Encontro Setorial do DENTMA/CONDSEF ocorrido no dia 21/11/2014.

Coordenação da Mesa: Vera Élen Nascimento Freitas - DENTMA

Frederico F. Magalhães – FUNAI

Paulo Cezar Mendes Ramos - ICMBio

Representantes do IBAMA, DNOCS, ICMBIO, MMA, FUNAI reunidos no DENTMA apresentam as demandas das respectivas categorias para formular a pauta para a campanha da CONDSEF.

A CONDSEF encaminhou uma tabela remuneratória intitulada de Impacto das Alterações das Situações Remuneratórias 2016.

Encaminhamento Geral: que a tabela seja analisada pelas distintas categorias em suas representações para que seja encampado o que for de interesse.

Deliberações dos delegados por órgão (os):

IBAMA, MMA e ICMBio

1 - Pontos prioritários de reivindicações levantados e aprovados pelos servidores do IBAMA, MMA e ICMBio:

- a) *Alteração do decreto de modo que seja retirado o impedimento do servidor progredir ou promover, quando está licenciado para fazer mestrado ou doutorado e que a data da progressão ou promoção seja sempre da data que o servidor entrou no órgão.*
- b) *Criação da GQ III (analistas e técnicos) e criação da GQ para os auxiliares e extensão da GQ para os aposentados.*
- c) *Política de remoção, podendo ser utilizada como um dos parâmetros a forma que hoje é feita no exército (levantar o relatório do GT sobre o assunto e que não houve andamento).*
- d) *Criação de um adicional ou gratificação que contemple os servidores que se encontram em locais de difícil acesso ou fronteira.*
- e) *Valorização do vencimento básico em detrimento da GDAEM.*
- f) *Lutar para retirar os artigos que criaram a indenização de campo, por ela não atender as necessidades dos servidores da Carreira.*
- g) *Diminuir disparidades salariais entre nível médio e superior.*

2 – O Grupo de Trabalho Reestruturação da Carreira e do PECMA terá prazo de dois meses (dezembro e janeiro), caso haja necessidade renovado por mais um mês (fevereiro), após o término do prazo a proposta apresentada no relatório do GT será enviada a base (servidores do MMA, IBAMA, ICMBio e Serviço Florestal) para discussão e aprovação da proposta,

Após essa discussão na base será feito um encontro ou plenária conjunta a ser convocado pela CONDSEF/ASCEMA, para deliberar e fechar a proposta a ser entregue ao governo.

Os servidores que farão parte do GT serão: *Érico Grassi, Vitor Sarno, Lindalva Cavalcanti, Miriam Parente, Paulo Ramos, Beth Uema, Rogério Egewarth, Maria Goretti e Ana Maria.* Pontos a serem discutidos no GT da reestruturação da carreira:

- a) *Análise dos pontos que foram conseguidos nas negociações se contempla a proposta do GT anterior, de forma a atualizar os pontos que ainda não foram encaminhados.*

- b) *Atualização da tabela, tendo como premissa o aumento do vencimento básico.*
- c) *Corrigir a disparidade na tabela em relação aos salários de nível intermediário e auxiliar com os servidores de nível superior.*
- d) *Estudo da viabilidade de aumentar o número de padrões e classe na carreira.*
- e) *Atualização da proposta construída pelo GT anterior utilizando a nota técnica e tabela no que couber.*
- f) *Criar a Gratificação ou adicional de forma a contemplar os servidores que ficam em local de difícil acesso.*
- g) *Mudança na lei para que os aposentados possam incorporar a gratificação pelos pontos e não pelos valores, para que se processem as devidas correções sem congelamento.*

Plano de lutas:

- a) *Lutar pela paridade entre ativos e aposentados e garantindo o direito a incorporação dos pontos para a aposentadoria.*
- b) *Campanha pelo fortalecimento dos órgãos ambientais federais.*
- c) *Incorporar no nosso calendário as atividades chamadas contra as mudanças que afetem diretamente ou indiretamente o meio ambiente.*
- d) *Lutar pela criação do fórum de RH de modo que se tenha o mesmo tratamento isonômico a todos os servidores da área ambiental*
- e) *Lutar para que se tenha Política de Capacitação para os servidores da área ambiental de forma igualitária, isonômica e com equidade.*
- f) *Cobrar do ICMBio capacitação na área de informática p/ servidores, principalmente nas unidades descentralizadas (demanda da delegação de Minas Gerais e solicitada para que constasse no relatório).*

- g) Exigir que os cursos de EAD sejam aceitos para licença de capacitação (nas universidades e outros órgãos já acontece).*
- h) Exigir que os gestores do ICMBio façam seminários nos Centros de Pesquisa que serão, afetados pelas mudanças, no caso CEPENE, CEPERG e CMA, no intuito de que seja feito um processo transparente de discussão com os servidores lotados nesses centros envolvidos.*
- i) CONDSEF apoiar e acompanhar a PEC da Ascensão Funcional.*
- j) Em relação à cobrança de previdência de aposentados e pensionistas, que a CONDSEF empenhe-se para aprovação da PEC 555.*
- k) Cobrar da CONDSEF que questione a postura da CTNBIO – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança por não promover biossegurança, servindo aos interesses das empresas de biotecnologia e as grandes agroquímicas como a Monsanto, Syngenta, Bayer, Basf, Du Pont entre outras.*
- l) Incorporação da CONDSEF na Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos para que sejam tomadas medidas para diminuição do uso dos agrotóxicos que causam danos diretos para a saúde do trabalhador da agricultura, contaminação dos alimentos e danos ao meio ambiente, como tem denunciado a ANVISA e a sociedade organizada. Desde 2008 o Brasil tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos no mundo. O volume de venenos aplicado corresponde a 6 litros de veneno por habitante.*
- m) Cobrar da direção da CONDSEF que execute as deliberações sobre o plano de lutas do DENTMA.*
- n) Gestão da CONDSEF junto ao Congresso nacional para impedir a aprovação de PLs e de PECs que ameacem a integridade das Unidades de Conservação Federal.*

DNOCS

Propostas aprovadas pelos servidores do DNOCS

- a) *Para a CONDSEF continuar nas mesas de negociação exigindo concursos públicos p/ recomposição dos quadros do DNOCS.*
- b) *Continuar na luta junto ao governo com o processo de reestruturação do DNOCS. No projeto apresentado pelo Ministério da Integração com a proposta dos servidores, com ampliação do GT dentro da área de abrangência do DNOCS.*
- c) *Reconstrução da paridade entre ativos e aposentados e pensionistas, com incorporação da gratificação produtivista no VB.*
- d) *Trabalhar pela revogação do Parágrafo Único do artigo 14 da Lei 12716/2012, levando em consideração que os reajustes concedidos através da GDPGPE, passaram a ser descontados no valor da VPNI (Bolsa). Significa dizer: que a partir de janeiro de 2014 os servidores do DNOCS tiveram redução salarial, porque foram deduzidos do valor da VPNI (bolsa) os reajustes concedidos na GDPGPE.*

FUNAI

Propostas aprovadas pelos servidores da FUNAI

- a) *Fim do arrendamento de áreas indígenas.*
- b) *Repudiar toda e qualquer iniciativa dos governos, estaduais, municipais e federal que representam claras ameaças a garantias dos direitos dos povos indígenas em relação aos seus territórios e suas organizações.*
- c) *Repudiar a tentativa do governo de rever o decreto 1775/1996, que trata dos critérios de demarcação de terras indígenas.*
- d) *A CONDSEF deverá agendar audiências com a Presidência da FUNAI, Ministério da Justiça, Secretaria Geral da Presidência da República, na Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos Indígenas*

no Congresso Nacional e o Ministério Público Federal para questionar os prejuízos causados aos povos indígenas e servidores da FUNAI, pelo Decreto de Reestruturação da FUNAI.

e) Regulamentação do poder de polícia da FUNAI.

f) Data base.

g) Paridade salarial ativos, aposentados e pensionistas.

h) Combate ao assédio moral no trabalho.

i) A CONDSEF deverá exigir que os servidores da FUNAI e as lideranças indígenas sejam ouvidas antes da adoção de medidas sobre a reestruturação da FUNAI ou de atos que afetem a localização, atribuições, remoção de servidores (CR's, CTL's e Sede).

j) Revisão dos licenciamentos ambientais nas áreas indígenas e participação dos servidores e indígenas (atingidos pelo empreendimento) no processo:

- *Solicitação das cópias de quem atuou e quais os impactos ambientais.*
- *Área de abrangência e quantidade de deslocamento dos moradores impactados.*
- *Teve anuência dos servidores do órgão?*
- *Teve anuência dos moradores?*
- *O que representou a área atingida?*
- *Onde fica o meio ambiente? os Indígenas e a preservação das coberturas vegetais e que percentual representa?*

k) Repudiar a interferência da Casa Civil da Presidência da República na execução dos trabalhos na FUNAI.

l) Luta contra as PECs 215, 237 e 227.

*m) Implementar as 19 resoluções constantes do documento “**O Ataque aos Direitos Indígenas e o Desmonte da FUNAI**”, aprovado no Congresso da CONDSEF, em 14/12/2014, na cidade*

de Beberibe/CE (Relatório da Plenária Nacional do Departamento do Meio Ambiente – DENTMA – MMA, IBAMA, FUNAI, DNOCS, ANA e demais vinculadas).

n) Gestão da CONDSEF junto ao Congresso nacional para impedir a aprovação de PLs e de PECs que desrespeitem os direitos dos indígenas ou que causem riscos para a integridade das terras indígenas.

o) Fortalecimento da representatividade indígena na Conferência Nacional de Política Indigenista, bem como garantir a participação de representantes dos servidores da FUNAI.

p) A CONDSEF deverá deflagrar campanha contra o assédio moral realizado pela direção da FUNAI aos seus servidores.

q) A CONDSEF deverá criar a Comissão Nacional dos Servidores da FUNAI e apoiar os Encontros Regionais e Nacionais com o objetivo de fortalecer as negociações para criação e implantação do Plano de Carreira Indigenista (PCI) e a luta contra o esvaziamento da FUNAI e dos Direitos Indígenas.

r) Fortalecer a parceria entre a CONDSEF, ANSEF e as Organizações Indígena como forma de avançar na luta contra o ataque aos direitos indígenas e esvaziamento da FUNAI.

INFORMES E DOCUMENTOS

Informes e documentos apresentados no encontro Setorial, entregues por escrito à coordenação da mesa:

SC: propostas apresentadas para o Encontro Setorial (elas não entraram para votação, pois os delegados entenderam que apesar de ter acordo quanto a elas, deverá ser apresentada na Plenária geral da CONDSEF, dias 21 e 22, logo que são de interesse de todos os servidores federais):

- 1) Fixação da data-base no mês de maio de cada ano, para cumprimento d disposto no art. 37, X, da Constituição Federal e realização da negociação coletiva com:
 - Regulamentação da negociação coletiva, prevista com a aprovação da Convenção 151 da OIT, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, conferindo eficácia ao processo e a exigibilidade do que for negociado;
 - Reestruturação administrativa da Secretaria de Relações do Trabalho, de modo a vinculá-la à Secretaria-Geral da Presidência da República, dotando-a do poder político, da legitimidade e da autonomia necessárias ao processo negocial.
 - Instituição de uma política salarial anual, voltada à reposição das perdas geradas pela inflação, apurada pelo INPC-IBGE, do período compreendido entre os meses de maio de 2014 a abril de 2015.
 - Política de valorização do salário-base em contraponto às gratificações, visando a paridade ente ativos(as) e aposentados(as) e pensionistas.
- 2) Política Suplementar e Benefícios
 - Revisão da participação governamental no financiamento dos planos de saúde suplementar, adotando-se participação paritária entre Governo e servidores (relação 1x1).
 - Revisão dos valores do auxílio-alimentação, diárias e do auxílio-creche, de modo a observar a isonomia entre os 3 poderes.
- 3) Recuperação das perdas salariais apuradas entre janeiro de 1994 e novembro de 2014, tomando-se por base o INPC-IBGE.
- 4) Mudança definitiva dos anistiados(as) do regime celetistas para o regime estatutário.

Informes do Meio Ambiente São Paulo.

Existem diversas fragilidades nos órgãos ambientais, exemplos:

- Fechamento de escritórios do IBAMA.
- Falta de orçamento.
- Falta de servidores.
- Condições inadequadas de trabalho.
- Falta de política de remoção com critérios objetivos e processos transparentes, e sem apadrinhamento.
- Terceirização de área fim.
- Não cumprimento dos relatórios da CGU, tanto no IBAMA quanto no ICMBio.
- Não aproveitamento da mão-de-obra existente nos órgãos para capacitação de servidores.
- Beneficiamento de alguns setores em detrimento de outros.
- Pressão contínua sobre servidores que trabalham em áreas de interesse do PAC.
- Necessidade de discussão de Projetos que retiram competências ou fragilizam a área ambiental.
- Gestão da Política Nacional de Meio Ambiente sem processos transparentes e democráticos e sem envolvimento dos órgãos ambientais.
- Proposta de mudanças quanto a missão, existência e funcionamento de alguns centros de pesquisa do ICMBio.
- Necessidade de revisão da Avaliação de Desempenho à luz das condições de trabalho disponíveis.

Outros informes

Documento apresentado pelo servidor Paulo Ramos para que conste no relatório e seja divulgado pelo movimento sindical:

No Brasil a facilidade com que são autorizadas as liberações de transgênicos no meio ambiente, as conhecidas Liberações Planejadas no Meio Ambiente, etapa que antecede as Liberações Comerciais é sem precedentes.

As normas estabelecidas e as suas aplicações pela CTNBio são absolutamente insuficientes para garantir a biossegurança. Os testes dos transgênicos em animais são de curto tempo e não são robustos para mostrar os danos para a saúde.

Os testes para os danos ao meio ambiente não existem e se limitam a questões agrônômicas. As transferências dos transgenes liberados no meio ambiente para outros organismos simplesmente não são monitoradas. Os restos das culturas transgênicas são descartadas nos solos, exatamente onde residem uma grande diversidade de organismos que são expostos à contaminação genética.

O mínimo que se pode fazer é divulgar os perigos dos transgênicos.

Traduzi o texto publicado pela TWN sobre os perigosos transgênicos baseados em silenciadores de genes, os transgênicos com base na utilização de RNA de interferência (RNAi, dsRNA ...) para chamar a atenção para os futuros transgênicos que serão liberados no meio ambiente, com pareceres favoráveis de gente boa...membros da CTNBio.

Lembrando que o feijão transgênico da embrapa, aprovado pela CTNBio para comercialização se baseia nesta perigosa técnica de uso de RNA silenciador de genes.

Paulo Ramos

“Produtos de silenciamento de genes criados para entrar na cadeia de alimentos e rações
20 de Novembro, 2014

<http://www.biosafety-info.net/article.php?aid=1114>

*THIRD WORLD NETWORK BIOSAFETY INFORMATION SERVICE
(Rede de Informação e Serviço de Biossegurança do Terceiro Mundo - TWN)*

Caros amigos e colegas

Uma nova onda de cultivos geneticamente modificados de (OGM) está pronta para entrar na cadeia de suprimentos alimentares e de rações, usando uma tecnologia emergente chamada RNA de interferência, ou RNAi. RNAi induz uma planta para silenciar a expressão dos seus próprios genes, tais como os responsáveis por processos naturais, como a produção de escurecimento (oxidação da maçã) ou lignina. No entanto, manipulações de RNA podem deletar ou desligar outros genes na planta, bem como afetar uma cascata de genes a regulação de alguns genes. Requisitos de testes atuais são incapazes de detectar confidentemente tais efeitos.

O Centro de Segurança Alimentar (CFS) alertou os consumidores americanos da aprovação pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) de dois novos produtos usando a tecnologia de RNAi. O primeiro é a batata Simplot Geneticamente Modificada (transgênica), criada pela J.R. Simplot co. para reduzir o escurecimento e a produção de acrilamida (substância tóxica) durante a fritura e cozimento. Ele será logo vendido aos clientes desavisados já que os EUA não exige a rotulagem dos alimentos transgênicos. A segunda é uma alfafa transgênica da Monsanto de pouca lignina (tipo de fibra dura), que seria usado como forragem para animais. O CFS questiona falha do USDA para conduzir a análise rigorosa e abrangente, legalmente necessária, dos impactos destas novas culturas transgênicas antes de aprovação.

Outro produto novo de RNAi é o milho transgênico MON 87411 resistente a herbicida e inseto, que está em fase de avaliação pela organização que estabelece os padrões dos alimentos na Austrália e Nova Zelândia (FSANZ). É o primeiro teste de campo de cultura transgênica intencionalmente pesticida baseado na tecnologia de RNAi que está buscando a aprovação em alimentos e rações.

Dr. Jack Heinemann do Centro para a Pesquisa Integrada em Biossegurança (INBI), na Nova Zelândia, levanta preocupações sobre o potencial de dupla hélice (ds) do RNA, que induz efeitos de silenciamento genético como o RNAi para causar efeitos na saúde humana e efeitos ambientais indesejados. Ele cita a recente avaliação encomendada pela Agência de Proteção Ambiental Americana (EPA) dos produtos pesticidas baseados no dsRNA-, que levantou muitas incertezas significativas sobre os riscos potenciais e descobriram que os meios de avaliação de risco existentes eram insuficientes para avaliá-los para a segurança.

With best wishes

Third World Network

131 Jalan Macalister

10400 Penang

Malaysia

Email: twnet@po.jaring.my

Website: <http://www.biosafety-info.net/> and <http://www.twn.my/>

Saudações Sindicais,


Sérgio Ronaldo da Silva
Secretário-Geral da CONDSEF